



CI. nº 054/2023 – DCCL/CEACC

Ref.: Vigência – B 020 - Convênio de cessão – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Salvador, 11 de julho de 2023.

À Senhora

CLÁUDIA DE SOUZA BARBOSA

Diretora da DGP

Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP

Ministério Público do Estado da Bahia

Prezada Senhora,

Noticiamos a Vossa Senhoria a proximidade do termo final de vigência (**31/10/2023**) do Convênio de cessão, celebrado entre este *Parquet* e o **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, cuja finalidade se consubstancia em “**disciplinar a cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, pelo CEDENTE (TJBA), para o exercício de função ou cargo comissionado junto ao CESSIONÁRIO (MPBA), para exercer o cargo comissionado GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL – CMP 3**”.

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida antes do encerramento do prazo original de sua vigência, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida a interlocução necessária com o(s) Conveniente(s), com consequente encaminhamento de minuta de Termo Aditivo ajustada (com os dados do partícipe e do prazo para renovação) a esta Unidade, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Destacamos, neste sentido, que, para a tramitação adequada da demanda, faz-se necessário anexar ao procedimento, juntamente com a manifestação de interesse na manutenção do ajuste, os seguintes documentos:


1. Manifestação de anuência/interesse do partícipe;
2. Declaração de que o ajuste transcorreu de maneira adequada;
3. Documentos de identificação do(s) órgão(s) partícipe(s), quais sejam: Cartão CNPJ, estatuto/contrato social;
4. Documentos do(s) representante(s) legal do(s) partícipe(s), conforme o caso: identidade, procuração e/ou termo de posse.

Por outro lado, caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos a Vossa Senhoria que seja informada esta Diretoria, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato.



Por fim, sendo do interesse institucional a manutenção da disponibilização do servidor, faz-se necessária a publicação de novo ato de Disponibilização.

Com os nossos cumprimentos,


Carlos Bastos Stucki
Diretor
Matrícula [REDACTED]

**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**

N.º 42/2022 – C

TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL, QUE ENTRE SI, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TJBA**, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, representado por seu Presidente, Desembargador **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**, adiante designado **CEDENTE**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF 04.142.491/0001-66, com sede e foro nesta cidade de Salvador, Estado da Bahia, na 5ª Avenida do Centro Administrativo do Estado da Bahia – CAB, CEP: 41.745-004, doravante denominado MPBA, neste ato representado por sua Procuradora-Geral, **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**, adiante designado de **CESSIONÁRIO**, resolvem, tendo em vista o constante nos autos do Processo Administrativo nº. TJ-ADM-2018/47256, firmar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este instrumento tem por escopo disciplinar a cessão em que o **CEDENTE** coloca à disposição do **CESSIONÁRIO** o servidor **IGOR ANDREYSON MENDES LOPES**, Matrícula nº **904023** para exercer o cargo comissionado **GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL – CMP 3**, com ônus para o **CESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA

A remuneração a que faz jus o servidor cedido, integrante do quadro efetivo do **CEDENTE** será mantida e paga diretamente pelo órgão de origem, devendo ser ressarcida pelo **CESSIONÁRIO**, observando-se o seguinte:

TATIANY
DE BRITO
RAMALHO

TJADM201847256V01



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

2.1. O **CEDENTE** realizará o pagamento, diretamente ao servidor cedido, da remuneração por esta percebida em razão do cargo efetivo ocupado, inclusive no tocante a direitos e vantagens adquiridos ao longo da carreira funcional. Realizará, igualmente, o recolhimento dos encargos sociais patronais incidentes sobre as supra referidas remunerações.

2.2. Será de responsabilidade do **CESSIONÁRIO** o pagamento, diretamente ao servidor, da remuneração decorrente do exercício de função/cargo em comissão e das verbas indenizatórias relativas a auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

2.3. Incumbirá ao **CESSIONÁRIO** ressarcir ao **CEDENTE** os valores por este efetivamente despendidos conforme **item 2.1**, os quais deverão estar discriminados em documento específico, expedido mensalmente, pela Diretoria de Gestão de Pessoas do **CEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **CESSIONÁRIO** se compromete a encaminhar a frequência normal do servidor cedido, diretamente à Diretoria de Recursos Humanos do **CEDENTE**, até o dia 05 (cinco) de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA

O **CESSIONÁRIO** se obriga a informar a escala anual de férias do servidor para o **CEDENTE**, responsabilizando-se, também, pelo pagamento de qualquer indenização pela não liberação do mesmo para gozo de férias.

CLÁUSULA QUINTA

Respeitadas as disposições constitucionais aplicáveis, o **CESSIONÁRIO** poderá atribuir, por sua exclusiva responsabilidade, ao servidor colocado à disposição pelo **CEDENTE** por força deste Convênio, gratificações previstas em legislação específica, pelo eventual desempenho de função comissionada ou de assessoramento técnico, não integrando qualquer parcela ao salário do cedido, para fins de pagamento de horas extras, aviso prévio, 13º salário, gratificações, etc.

TATIANY
DE BRITO
RAMALHO





Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

CLÁUSULA SEXTA

A execução do presente Termo compete ao titular do **CESSIONÁRIO**, que manterá com o **CEDENTE** os entendimentos que se fizerem necessários para o seu cumprimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente termo terá vigência de 1 (um) ano, a contar da data da publicação do decreto judiciário que coloca o servidor à disposição do **CESSIONÁRIO**, podendo ser prorrogado até o limite legal, mediante termo de aditamento.

7.1 Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da disponibilização do servidor por força Decreto Judiciário Nº. 655 e a data da efetiva formalização do presente instrumento, permanecendo o **CESSIONÁRIO** responsável pelo pagamento de todas as despesas relativas a remuneração, encargos previdenciários, tributários e trabalhistas, bem como quaisquer vantagens que porventura integrem o vencimento do servidor nesse período.

CLÁUSULA OITAVA

Sem prejuízo do quanto estabelecido na cláusula anterior, o presente poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO

Rescindido este Termo ou findo o prazo da sua vigência, o **CESSIONÁRIO** fará retornar ao **CEDENTE**, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, o servidor cedido.

CLÁUSULA NONA

A despesa do presente Termo, a ser creditada em conta do **CEDENTE**, segundo informação prestada pela Unidade Gestora à fl. 84 do PA nº. TJ-ADM-2018/47256, está estimada no montante de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e será atendida pelo orçamento da entidade **CESSIONÁRIA**, na seguinte classificação orçamentária:

TATIANY
DE BRITO
RAMALHO:



TJADM201847256V01



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 40.101 – Superintendência de Gestão Administrativa UNIDADE GESTORA – 0028 – Diretoria de Administração de Recursos Humanos ATIVIDADE – 4044 – Administração de Pessoal e Encargos dos Integrantes do Ministério Público ELEMENTO DE DESPESA – 31.90.11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoa Civil; e 31.91.13 – Obrigações Patronais; FONTE– 100

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

PARÁGRAFO QUARTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos





Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **TJBA**.

PARÁGRAFO QUINTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA fica obrigada a comunicar ao **TJBA** em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

PARÁGRAFO SEXTO

As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O **TJBA** se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

PARÁGRAFO OITAVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do **TJBA**, salvo nos casos de exclusão previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Submetem-se os partícipes a cumprirem fielmente o disposto na Lei Estadual nº. 9.433/05 e, no que couber, à Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações.





Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo **CEDENTE**, no Diário de Justiça Eletrônico, nos termos do art. 131, §1º, da Lei nº. 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os casos omissos do presente Convênio serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Comarca de Salvador para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo, que não possam ser solucionadas administrativamente.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Salvador, de de 2022.

TATIANY DE
BRITO
RAMALHO:9
33-0300

Pelo Cedente:

NILSON SOARES
CASTELO
BRANCO

Dados: 2022.11.01 09:45:41
-03'00'

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

DESEMBARGADOR NILSON SOARES CASTELO BRANCO – PRESIDENTE

Pelo Cessionário:

NORMA ANGELICA REIS
CARDOSO
CAVALCANTI

00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – PROCURADORA
GERAL DE JUSTIÇA**

TESTEMUNHAS:





Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Nome:

CPF/MF:

Nome:



TJADM201847256V01

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGESP
GABINETE**TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022-C**

Partes: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.100.722/0001-60, adiante denominado simplesmente CEDENTE, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado CESSIONÁRIO. Objeto: Este instrumento tem por escopo disciplinar a cessão em que o CEDENTE coloca à disposição do CESSIONÁRIO o servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, Matrícula nº 904023 para exercer o cargo comissionado GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL – CMP 3, com ônus para o CESSIONÁRIO. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento. Valor: A despesa do presente Termo, a ser creditada em conta do CEDENTE, segundo informação prestada pela Unidade Gestora à fl. 84 do PA nº. TJ-ADM-2018/47256, está estimada no montante de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e será atendida pelo orçamento da entidade CESSIONÁRIA, na seguinte classificação orçamentária: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 40.101 – Superintendência de Gestão Administrativa UNIDADE GESTORA – 0028 – Diretoria de Administração de Recursos Humanos ATIVIDADE – 4044 – Administração de Pessoal e Encargos dos Integrantes do Ministério Público ELEMENTO DE DESPESA – 31.90.11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoa Civil; e 31.91.13 – Obrigações Patronais; FONTE– 100. Prazo de duração: O presente termo terá vigência de 1 (um) ano, a contar da data da publicação do decreto judiciário que coloca o servidor à disposição do CESSIONÁRIO, podendo ser prorrogado até o limite legal, mediante termo de aditamento. Processo: TJ-ADM-2018/47256. Data: 01/11/2022.

DECISÕES EXARADAS PELA SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2022/61011

INTERESSADO: 9024573 -ALEXSANDRAALVES DOS SANTOS LIMA

ASSUNTO: Licenças

Em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 96, publicado no DJE de 11 de fevereiro de 2022, defiro o pedido. Encaminhem-se os autos à Coordenação de Registros e Concessões:

Concessão Licença-prêmio

Processo TJ-ADM-2022/61011

Servidor(a) ALEXSANDRAALVES DOS SANTOS LIMA

Cadastro 902.457-3

Vigência 30 (trinta) dias, sendo 15 (quinze) dias a partir de 02/02/23 e 15 (quinze) dias a partir de 10/07/23.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2022/60739

INTERESSADO: 9028480 - SERGIO RICARDO PALMA DA SILVA

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

Em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 96, publicado no DJE de 11 de fevereiro de 2022, defiro o pedido. Encaminhem-se os autos à Coordenação de Registros e Concessões:

Concessão Licença-prêmio

Processo TJ-ADM-2022/60739

Servidor(a) SERGIO RICARDO PALMA DA SILVA

Cadastro 902.848-0

Vigência 10 (dez) dias, a partir de 28/11/2022.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2022/60735

INTERESSADO: 9044256 - QUIVIA CHAVES DOS SANTOS SANTANA

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

Em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 96, publicado no DJE de 11 de fevereiro de 2022, defiro o pedido. Encaminhem-se os autos à Coordenação de Registros e Concessões:

Concessão Licença-prêmio

Processo TJ-ADM-2022/60735

Servidor(a) QUIVIA CHAVES DOS SANTOS SANTANA

Cadastro 904.425-6

Vigência 10 (dez) dias, a partir de 08/02/2023.

Janaína Barreto de Castro

Secretária de Gestão de Pessoas

BIANCA GOMES DA SILVA 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaçari.	FEIRA DE SANTANA 2ª Vara de Família, Órfãos, Sucessões e Interditos. TER EXERCÍCIO de 09/01/2023 até ulterior deliberação.
REGIO BEZERRA TIBA XAVIER 5ª Vara do Sistema dos Juizados da Comarca de Feira de Santana	IAÇU TER EXERCÍCIO de 16/11/2022 até ulterior deliberação.
CECÍLIA ANGÉLICA DE AZEVEDO FROTA Vara Criminal da Comarca de Guanambi.	PARAMIRIM 1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais. Prorroga a designação para TER EXERCÍCIO até de 31/03/2023.
DEBORA MAGDA PERES MOREIRA Vara Criminal da Comarca de Catu	SÃO SEBASTIAO DO PASSE Vara Criminal TER EXERCÍCIO de 09/01/2023 até 31/03/2023.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de dezembro de 2022.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 888, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022.

Prorroga a designação do Juiz de Direito para atuar em conjunto com os magistrados da lista anual de substituição, na Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista do que consta do Processo Administrativo TJ-ADM-2022/57689,

D E C I D E

Prorrogar a designação da Juíza de Direito MARIA HELENA LORDELO DE SALLES RIBEIRO, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Lauro de Freitas, para, sem prejuízos de suas funções, até 31 de março de 2023, atuar em conjunto com os magistrados da lista anual de substituição, da Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de dezembro de 2022.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 889, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022
Convoca Juiz Substituto de 2º Grau para substituir Desembargador.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições,

D E C I D E

Convocar o Juiz Substituto de 2º Grau ALBERTO RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS, para de 15/12/2022, até ulterior deliberação, substituir a Desembargadora MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO, nos termos do art. 39, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de dezembro de 2022.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo TJ-ADM-2018/47256, apenso TJ-ADM-2019/53643 e TJ-ADM-2020/28301,

DECIDE

Manter o servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, à disposição do Ministério Público do Estado da Bahia, para exercício de cargo comissionado, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de 1º de novembro de 2022, com ônus para o Órgão cessionário, conforme Termo de Convênio de Cessão de Pessoal n. 42/2022-C.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de dezembro de 2022.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Processos : TJ-ADM-2018/47256 apensos TJ-ADM-2019/53643 e TJ-ADM-2020/28301
Interessado : IGOR ANDREYSON MENDES LOPES
Assunto : Renovação da cessão

Senhor Presidente,

Cuidam os presentes autos de pedido de renovação de cessão formulado pelo Ministério Público Estadual, objetivando manter à disposição daquele Órgão o servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, para continuar exercendo cargo comissionado de Gerente Administrativo Regional, na Promotoria de Paulo Afonso.

A cessão foi formalizada através do Termo de Convênio de Cessão de Pessoal nº 42/2022-C, já publicado e assinado pelas autoridades competentes (fls. 152/158), e os autos vieram a esta unidade para deliberação quanto à edição de novo ato administrativo de disposição do referido servidor, consoante termos da manifestação do duto órgão consultivo (fls. 91/95 e 143/145), conforme relatório da Assessoria desta unidade, que acolho, fazendo-se necessária a regularização da situação, mediante a edição e publicação do competente Decreto Judiciário autorizativo da renovação da cessão.

Salvador, 15/12 /2022.

Belª Tuany Silva Andrade
Chefe de Gabinete da Presidência

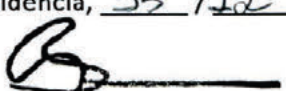
DECISÃO

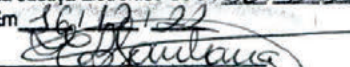
Vistos.

Nos termos da manifestação da Consultoria Jurídica e das informações prestadas pela Senhora Chefe de Gabinete, proceda-se à expedição do ato de renovação e da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES para o Ministério Público Estadual, com prazo de um ano, a contar de 1º de novembro de 2022, com amparo no art. 44 da Constituição Estadual e nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Resolução nº 15/2014,

Encaminhe-se à Secretaria de Gestão de Pessoas para adoção das providências necessárias.

Gabinete da Presidência, 15/12 /2022.


Desembargador Nilson Soares Castelo Branco
Presidente

DECISÃO	
Certifico que a Decisão foi Disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do dia <u>16/12/22</u>	
Em	<u>16/12/22</u>
	





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA


DECRETO JUDICIÁRIO

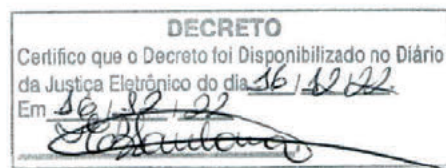
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo TJ-ADM-2018/47256, apenso TJ-ADM-2019/53643 e TJ-ADM-2020/28301,

DECIDE

Manter o servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, à disposição do Ministério Público do Estado da Bahia, para exercício de cargo comissionado, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de 1º de novembro de 2022, com ônus para o Órgão cessionário, conforme Termo de Convênio de Cessão de Pessoal n. 42/2022-C.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de dezembro de 2022.


Desembargador NELSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente



ccf



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2018/47256

REQUERENTE: EDIENE SANTOS LOUSADO

INTERESSADO: 9040234 - IGOR ANDREYSON MENDES LOPES

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

Senhora Chefe de Gabinete da Presidência,

Trata-se de pedido de renovação de cessão formulado pelo Ministério Público Estadual, por meio do processo TJ-ADM-2020/28301, objetivando manter à disposição daquele Órgão o servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, para continuar exercendo cargo comissionado de Gerente Administrativo Regional, na Promotoria de Paulo Afonso.

A Consultoria Jurídica da Presidência, por meio do Parecer n. 550/2022, colacionado às fls. 91/95, concluiu pela viabilidade jurídica do pedido, com fulcro no art. 44 da Lei n. 6.677/1994 e na Resolução n. 15/2014, que regulamente a matéria no âmbito deste Tribunal. Confira-se:

"Nesse sentido, constam dos autos que:

- a) a cessão do servidor atende ao pedido do Ministério Público da Bahia para ocupar o cargo de Gerente Administrativo Regional (CPM-3);
- b) a COREC atesta que a cessão do servidor não excede ao quantitativo estabelecido na Res. 15/2014 (fl. 44).

Ademais, no que se refere às alterações realizadas pelo Ministério Público no Termo de Convênio de fls. 79/83, especificamente em sua cláusula segunda, observa-se que juridicamente não existe óbice à referida modificação, encontrando respaldo expresso no art. 7º, §2º e §3º da Resolução nº 15, de 10 de setembro de 2014. No entanto, recomenda-se que o setor operacional verifique se existe viabilidade técnica para atender referida alteração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Cabe-nos, ainda, sugerir que o órgão responsável pela cessão de pessoal, observe a necessidade de se garantir a sua efetiva fiscalização, sobretudo no que diz respeito ao prazo para os reembolsos a serem efetuados pela CESSIONÁRIA, bem como a indicação da conta bancária de titularidade do CEDENTE, onde serão creditados os valores."

Para tanto, foi elaborada a minuta do termo de cessão, em cujo item 7.1 da cláusula sétima convalida os atos anteriores à publicação do Decreto Judiciário , in verbis:

"CLÁUSULA SÉTIMA

O presente termo terá vigência de 1 (um) ano, a contar da data da publicação do decreto judiciário que coloca o servidor à disposição do CESSIONÁRIO, podendo ser prorrogado até o limite legal, mediante termo de aditamento.

7.1 Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da disponibilização do servidor por força Decreto Judiciário Nº. 655 e a data da efetiva formalização do presente instrumento, permanecendo o CESSIONÁRIO responsável pelo pagamento de todas as despesas relativas a remuneração, encargos previdenciários, tributários e trabalhistas, bem como quaisquer vantagens que porventura integrem o vencimento do servidor nesse período."

Formalizada a renovação da cessão, por meio do Termo de Convênio de Cessão de Pessoal n. 42/2022-C, assinado pelas autoridades competentes (fls. 152/158) e publicado no DJE de 03/11/2022 (fls. 160), vieram os autos a esta unidade para deliberação quanto à edição de ato de disposição do referido servidor (fls. 160), conforme despacho exarado pela Coordenação de Despesa de Pessoal, nos seguintes termos:

"Considerando o Parecer nº 550/2022 e despacho da CONSU, fls 91-95 e fls 143-145, respectivamente, bem como a formalização do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

termo de convênio de cessão de pessoal Nº 42/2022 - C e sua publicação, conforme fls. 152-159, encaminhamos o presente processo para deliberação quanto à edição ato administrativo de disposição e/ou convalidação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4."

Relativamente à edição do ato de cessão e/ou convalidação da disposição, vale transcrever despacho exarado pelo duto órgão consultivo (fls. 143 e 144):

"[...]

Outrossim, no tocante ao início de vigência, cumpre destacar que no Termo de Convênio de Cessão de Pessoal nº 42/2022-C, em sua cláusula sétima, prevê a vigência de 1 (um) ano, a contar da data da publicação do Decreto Judiciário que coloca o servidor à disposição do Cessionário. Ademais, na cláusula 7.1, do referido termo, consta a previsão expressa, da convalidação dos atos praticados entre a data de disponibilização do servidor até a formalização do termo. Vejamos:

CLÁUSULA SÉTIMA O presente termo terá vigência de 1 (um) ano, a contar da data da publicação do decreto judiciário que coloca o servidor à disposição do CESSIONÁRIO, podendo ser prorrogado até o limite legal, mediante termo de aditamento.

7.1 Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da disponibilização do servidor por força Decreto Judiciário Nº. 655 e a data da efetiva formalização do presente instrumento,

permanecendo o CESSIONÁRIO responsável pelo pagamento de todas as despesas relativas a remuneração, encargos previdenciários, tributários e trabalhistas, bem como quaisquer vantagens que porventura integrem o vencimento do servidor nesse período. (grifos nossos)

Isto posto, considerando a fundamentação supra, constata-se que a minuta analisada atende ao quanto apontado no parecer nº 704/2022, elaborado pela Assessoria Jurídica do Ministério Público do Estado da Bahia, face não constar uma data expressa de implementação no Termo de Convênio de Cessão de Pessoal nº 42/2022-C, bem como, conter a previsão da convalidação de todos os atos praticados antes de sua formalização."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Registre-se, que o Termo de Convênio de Cessão de Pessoal nº 42/2022-C foi assinado em 1º de novembro de 2022 e publicado no DJe de 03/11/2022, com prazo de 1 (um) ano, a contar da edição o decreto de disposição a ser editado.

Por fim, ressalte-se que o último decreto de cessão foi publicado em 20/10/2021, com prazo de um ano a contar (fls. 61).

Nessa toada, e tendo em vista que o instrumento de ajuste deve ser fiel ao quanto consignado nos autos e que o pactuado gera obrigação e responsabilidades para as partes, recomenda-se que se promova a expedição de ato mantendo o servidor à disposição do Ministério Público do Estado da Bahia, pelo prazo de um ano, a contar do dia 1º de novembro de 2022, conforme se infere do item 7.1, da cláusula sétima do termo de convênio colacionado às fls. 152/158, pela qual restaram convalidados os atos praticados no período compreendidos entre a data da disponibilização do servidor por força Decreto Judiciário (20/10/2021) e a data da efetiva formalização do presente instrumento (20/10/2021 e 01/11/2022), regularizando-se a cessão formalizada entre os partícipes.

Em 13/12/2022

CLAUDIA CRISTINA ROCHA MACHADO
ASSESSOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA PRESIDÊNCIA





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À COPAG,

Encaminhe-se para informar o impacto orçamentário-financeiro para possível prorrogação da cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, cedido ao Ministério Público do Estado da Bahia pelo Tribunal de Justiça da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia de Souza Barbosa** em 11/07/2023, às 19:10, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0721224** e o código CRC **121778B4**.



DESPACHO

Em atendimento ao despacho doc SEI nº 0721224 da Diretoria de Gestão de Pessoas, encaminhamos abaixo o impacto orçamentário-financeiro para possível prorrogação da cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, cedido ao Ministério Público do Estado da Bahia pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

Retorne-se o presente para conhecimento e deliberações pertinentes.

CUSTO MINISTÉRIO PÚBLICO				
	Mensal		Anual	
Remuneração	R\$	8.198,54	14,66	R\$ 120.190,60
Baprev-Patronal 28%	R\$	2.295,59	12	R\$ 27.547,08
Planserv-Patronal 2,5%	R\$	204,96	12	R\$ 2.459,52
Total				R\$ 150.197,20
	Mensal		Anual	
Alxilio alimentação	R\$	1.700,00	12	R\$ 20.400,00
Prgrama de Reembolso	R\$	943,22	12	R\$ 11.318,64
Total				R\$ 31.718,64
CUSTO TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
	Mensal		Anual	
Remuneração	R\$	6.528,03	14,66	R\$ 95.700,92
Baprev-Patronal 28%	R\$	1.799,04	12	R\$ 21.588,48
Total	R\$	8.327,07		R\$ 117.289,40
Total Geral				R\$ 299.205,24



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 15/08/2023, às 20:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0761651** e o código CRC **BE1FF28B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à SGA para ciência do impacto financeiro que envolverá a renovação da cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, cedido ao Ministério Público do Estado da Bahia pelo Tribunal de Justiça da Bahia, conforme Despacho COPAG 0761651.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia de Souza Barbosa** em 16/08/2023, às 18:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0763383** e o código CRC **72F1C0B9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação da Regional de Paulo Afonso para ciência e manifestação acerca do interesse na renovação do Convênio de cessão, celebrado entre este Parquet e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, cuja finalidade se consubstancia em “disciplinar a cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, pelo CEDENTE (TJBA), para o exercício de função ou cargo comissionado junto ao CESSIONÁRIO (MPBA), para exercer o cargo comissionado GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL - CMP 4”.

Após, retorne-se a esta Superintendência.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 15/05/2023, às 18:03, conforme o Ato Normativo nº 43 de 17 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **0764207** e o código CRC **58C344FD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Está a Coordenação deste Escritório Regional, em comunhão com os demais Promotores de Justiça lotados na Regional de Paulo Afonso, de acordo com a renovação da cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, pelo CEDENTE (TJBA), para o exercício de função ou cargo comissionado junto ao CESSIONÁRIO (MPBA), para exercer o cargo comissionado GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL CMP 4.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo de Almeida Bitencourt** em 30/08/2023, às 09:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0777150** e o código CRC **AC6E5574**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se em 5 (cinco) dias úteis para o Ministério Público do Estado da Bahia, por meio de ofício, o processo nº 000123456789, de origem do Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Salvador, para que seja realizada a análise de mérito, bem como a emissão de parecer, sob o aspecto da legalidade e da oportunidade, para que seja emitido o despacho de saneamento, nos termos do art. 381 do Código de Processo Penal, e o processo seja encaminhado para o Juízo competente para o julgamento final.

Ata da Sessão de 15/05/2023, pág. 08

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
(Juiz de Direito)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 15/05/2023 às 14:23, de acordo com o Ato Normativo nº 54, de 7 de Dezembro de 2018 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código verificador **0777369** e o código CRC **A3E43919**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria-Geral de Justiça.
- Encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 19/09/2023, às 16:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0799028** e o código CRC **B9D48AC5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a manifestação de interesse da Coordenação da Regional de Paulo Afonso pela renovação do Convênio de cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes pelo CEDENTE (TJBA), para o exercício de função ou cargo comissionado junto ao CESSIONÁRIO (MPBA), para exercer o cargo comissionado GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL - CMP 4, bem como a autorização da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para conhecimento e adoção das providências cabíveis, em articulação com a supracitada Regional.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 11/07/2023, às 14h30, conforme o Ato Normativo nº 43 de 5 de Dezembro de 2011 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Para autenticação do documento pode ser consultado no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo= informando o código N° de Registro **0800934** e o código CRC **AC6F2B86**.


Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Qui, 21/09/2023 08:36

Para:Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>;jglbcarvalho@tjba.jus.br
<jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc:Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
<contratos@mpba.mp.br>

 3 anexos (7 MB)

01. B 020.pdf; B 020 - Renovação - instrução inicial.pdf; 1º Ad - Cessão de Igor Andreyson (B 020) - TJBA - SEI
19.09.02328.0015139-2023-40.docx;

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson**Paula Souza de Paula** <paula.paula@mpba.mp.br>

Qua, 08/11/2023 15:31

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>**Enviado:** segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23**Para:** Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>**Assunto:** RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro [REDACTED] pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Tendo em vista o encaminhamento da minuta do Termo de Cessão do servidor Igor Andreysson, pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia, para este Ministério Público, encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.

Paula Souza de Paula Marques
Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 09/01/2024, às 16:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.




A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0925023** e o código CRC **A6448B0D**.

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson**Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>**

Ter, 09/01/2024 13:24

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

 1 anexos (405 KB)

TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL - Nº 179.2023 C - IGOR ANDREYSON.pdf;

Prezados,

Estamos encaminhando, em anexo, a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 179/2023, elaborada e vista pela Consultoria Jurídica deste TJBA, referente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, para análise e aposição de assinatura digital do representante legal.

Se for caso, o documento poderá ser assinado de forma manuscrita em 02 (duas) vias do documento impresso, nesse caso, as vias físicas deverão ser enviadas para o TJBA.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,

**De:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>**Enviado:** quarta-feira, 8 de novembro de 2023 15:31**Para:** Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>**Assunto:** RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23

Para: Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>;

Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>;

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros

<wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

1. El presente documento es una minuta de la reunión convocada por el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, el día 14 de mayo de 2023, a las 10:00 horas, en la sede del Comité, ubicada en la Av. 14 de Mayo 100, 1er. piso, en la ciudad de Quito, Ecuador.

2. La reunión fue convocada por el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, con el fin de evaluar el avance de las acciones programadas para el primer trimestre de 2023, y de acuerdo a lo establecido en el Plan de Vigilancia y Control de la Gestión.

3. La reunión fue presidida por el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, y participaron los miembros del Comité, así como los representantes de las unidades administrativas involucradas en el proceso de gestión.

4. Se presentó el informe de avance de las acciones programadas para el primer trimestre de 2023, elaborado por el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, el cual se encuentra adjunto al presente documento.

5. Se discutió el informe de avance de las acciones programadas para el primer trimestre de 2023, y se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023.

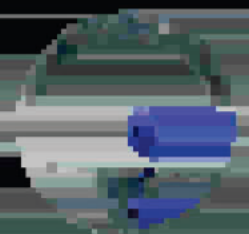
6. Se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023, y se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023.

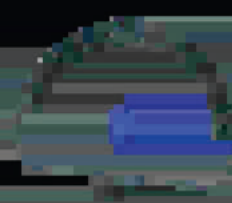
7. Se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023, y se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023.

8. Se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023, y se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023.

9. Se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023, y se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023.

10. Se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023, y se acordó que el Comité de Vigilancia y Control de la Gestión, continuará monitoreando el avance de las acciones programadas para el segundo trimestre de 2023.







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo nº TJ-ADM-2018/47256 apensos TJ-ADM-2019/53643 e TJ-ADM-2020/28301
Interessado (a): IGOR ANDREYSON MENDES LOPES
Assunto: Renovação de cessão

Senhor Presidente,

À vista da manifestação da Consultoria Jurídica da Presidência e das informações da Assessoria desta unidade, submeto o feito a Vossa Excelência para deliberação.

Salvador, 5 / 1 / 2024.

Belª Tuany Silva Andrade
Chefe de Gabinete da Presidência

DECISÃO

Vistos.

Nos termos do pronunciamento da Consultoria Jurídica da Presidência, **DEFIRO** o pedido de renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, para o Ministério Público do Estado da Bahia, pelo prazo de um ano, com amparo no art. 44 da Constituição Estadual, e nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Resolução nº 15/2014. Expeça-se o ato.

Considerando as competências dispostas no art. 18, V, VI e VII, da Resolução TJBA n. 20/2017, encaminhem-se os autos à Secretaria de Gestão de Pessoas para a adoção das providências necessárias, observadas as considerações subscritas pelo douto órgão consultivo, notadamente quanto aos reembolsos a serem efetuados pelo cessionário.

Gabinete da Presidência, 5 / 1 / 2024.

Desembargador Nilson Soares Castelo Branco
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

cc/tg

DECISÃO	
Certifico que a Decisão foi Disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do dia <u>8/1/24</u>	
Em	<u>8/1/24</u>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo administrativo TJ-ADM-2018/47256 apensos TJ-ADM-2019/53643 e TJ-ADM-2020/28301,

DECIDE

Renovar a cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro [REDACTED] para o exercício de cargo comissionado no Ministério Público do Estado da Bahia, com ônus para o Órgão cessionário, pelo prazo de um ano, mediante Termo de Convênio de Cessão de Pessoal.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 5 de janeiro de 2024.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



tg



DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta no processo nº TJ-ADM-2023/83043,

D E C I D E

Aposentar compulsoriamente, por implemento de idade, o Juiz de Direito ALBERTO FERNANDO SALES DE JESUS, titular da Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Amargosa, cadastro nº 801.156-7, nos termos do art. 42, § 1º-A, II, da Constituição Estadual, com redação dada pelo art. 1º da EC nº 26/2020, com efeito a partir de 08 de janeiro de 2023.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de janeiro de 2024.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo administrativo TJ-ADM-2019/50898 apenso TJ-ADM-2023/41478,

DECIDE

Renovar a cessão do servidor HERMÓGENES GOMES DE ALMEIDA, cadastro [REDACTED] para o exercício de cargo comissionado no Poder Executivo do Estado da Bahia/Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, pelo prazo de 01 (um) ano, com ônus para o Órgão cessionário, conforme Termo de Convênio de Cessão de Pessoal n. 118/2023-C.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, 05 de janeiro de 2024.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo administrativo TJ-ADM-2018/47256 apensos TJ-ADM-2019/53643 e TJ-ADM-2020/28301,

DECIDE

Renovar a cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro [REDACTED], para o exercício de cargo comissionado no Ministério Público do Estado da Bahia, com ônus para o Órgão cessionário, pelo prazo de um ano, mediante Termo de Convênio de Cessão de Pessoal.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de janeiro de 2024.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo TJ-ADM-2023/82049,

DECIDE

Nomear GABRIEL SEGAL TEIXEIRA para exercer o cargo em comissão de Assistente de Gabinete, símbolo TJ-FC-3, designando-o para ter exercício no Gabinete da Desembargadora Regina Helena Ramos Reis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de janeiro de 2024.

Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente



PARECER

PROCEDIMENTO Nº: 19.09.02328.0015139/2023-40

INTERESSADO (A): DGP

ASSUNTO: Cessão de servidor

EMENTA: TERMO DE CONVÊNIO. CESSÃO DE SERVIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO. GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL. INTELIGÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 8.966/2003 E DA RESOLUÇÃO Nº 15/2014 DO TJBA. REQUISITOS DO CONVÊNIO. ART. 44 DA LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023. CONVALIDAÇÃO. ART. 41 DA LEI ESTADUAL Nº 12.209/2011. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. PELA APROVAÇÃO DA MINUTA. RECOMENDAÇÃO.

PARECER Nº. 13/2024

I - RELATÓRIO

Trata-se de minuta de Termo de Convênio a ser celebrado entre o MPBA, na qualidade de Cessionário, e o TJBA, na qualidade de cedente, cujo objeto consiste na cessão do servidor **Igor Andreyson Mendes Lopes**, matrícula nº [REDACTED] (TJBA), atualmente ocupante do cargo comissionado Gerente Administrativo Regional - CMP 4, lotado na Promotoria de Paulo Afonso, com a finalidade de prorrogar a vigência da cessão.

De logo, pontue-se que a cessão do referido servidor foi objeto do Termo de Convênio nº 42/2022, de modo que a presente demanda pretende promover a prorrogação do vínculo jurídico estabelecido entre as partes.

Instrui o expediente o CI nº 54/2023 - DCCL, a cópia do convênio a ser prorrogado e dos elementos pertinentes a sua celebração, demonstrativo do impacto financeiro decorrente da manutenção da cessão, autorização da Procuradoria-Geral de Justiça, comunicação eletrônica mantida com o TJBA, minuta de termo de convênio, dentre outros.

É o relatório.

II – DA CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

A cessão de servidores constitui uma das espécies de afastamento do servidor público de sua instituição de origem para servir a outra pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou entidade. A doutrina assim conceitua o instituto:

Cessão de servidores é o fato funcional por meio do qual determinada pessoa administrativa ou órgão público cede, sempre em caráter temporário, servidor integrante de seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão, com o objetivo de cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades administrativas. Trata-se, na verdade, de empréstimo temporário do servidor, numa forma de parceria entre as esferas governamentais. Avulta notar, porém, que tal ajuste decorre do poder discricionário de ambos os órgãos e do interesse que tenham na cessão; sendo assim, não há falar em direito subjetivo do servidor à cessão.¹ (sem grifos no original)

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 127, § 2º, a Constituição Baiana, em seu art. 136, e o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 asseguram a autonomia administrativa do Ministério Público, o que significa, dentre outras competências, a de praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios².

A Constituição Baiana, a seu turno, estabelece, em seu art. 44, que a disposição de servidores de um Poder para outro **somente é permitida para exercício de cargo em comissão ou função de confiança**.

Considerando as características do caso em tela, cumpre pontuar que a Resolução nº 15/2014 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) é o instrumento que disciplina a cessão de pessoal no âmbito daquela Instituição, assim estabelecendo:

Art. 8º. A requisição e a cessão de servidores é condicionada à celebração de convênio ou termo de cooperação técnica, que deverá prever:

I - o fator motivador da assinatura;

II - a obrigação dos órgãos ou entidades de informarem qualquer ocorrência na vida funcional do servidor cedido ou requisitado, para fins de controle cadastral;

III - delimitação do marco inicial e final da cessão;

IV - a forma de reembolso das despesas decorrentes da assinatura. (sem grifos no original)

Verifica-se, assim, haver previsão legal para que o servidor público do TJBA exerça cargo ou função em outros órgãos, desde que ocorra a celebração de um convênio entre os partícipes.

Acerca dos convênios, registra-se que o entendimento doutrinário entende se tratar de ajuste que possibilita uma parceria em regime de mútua colaboração para realização de objeto em que há interesse recíproco entre os convenientes, no qual necessariamente uma das partes integra a Administração Pública¹. Note-se que não há finalidade lucrativa como escopo desse acordo, que possui, necessariamente, propósito compatível com o interesse público³.

Abordando a temática em apreço, a Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu artigo 184, a aplicação de seu regime aos convênios. Ademais, os requisitos para sua celebração devem observar o quanto disposto no art. 44 da Lei Estadual nº 14.634/2023, que assim indica:

Art. 44 - Os requisitos para a celebração de convênios e instrumentos congêneres serão definidos em Regulamento, que deverá dispor sobre:

I - os elementos necessários à instrução do processo administrativo;

II - as informações que devem compor o plano de trabalho;

III - os documentos de habilitação, de adequação ou de adimplência passíveis de serem exigidos, desde que pertinentes à execução do plano de trabalho, ou as situações em que poderão ser dispensados, no todo ou em parte;

IV - as hipóteses de chamamento público;

V - as cláusulas obrigatórias do ajuste;

VI - a exigência de declaração do ordenador da despesa, na forma legal, e as regras para liberação, movimentação e aplicação dos recursos, na hipótese de transferência financeira;

VII - a necessidade de demonstração da adequação do objeto às competências institucionais do concedente e aos objetivos sociais do partícipe;

VIII - a análise e manifestação conclusiva pelos setores técnico e jurídico do concedente, quanto ao atendimento das exigências técnicas formais e legais pertinentes;

IX - a determinação de aplicação financeira dos recursos repassados, enquanto não utilizados, e a destinação das respectivas receitas à consecução da finalidade do objeto do convênio ou instrumento congênere, exclusivamente;

X - a forma de divulgação e da publicação de seu extrato;

XI - a fiscalização da execução;

XII - a forma da prestação de contas.

Vale rememorar que a cessão ocorre sempre no interesse da Administração Pública, não existindo direito subjetivo do servidor público em ser cedido para outro órgão ou entidade, razão pela qual toda cessão importa na avaliação de conveniência e oportunidade dos órgãos competentes, *in casu*, a Procuradoria-Geral de Justiça e a Presidência do TJBA.

Nesse sentido, consta dos autos que o TJBA, através de Decreto Judiciário publicado no DJe de 08/01/2024 (doc. SEI 0926397) disponibiliza o servidor em questão, com ônus remuneratório para o Ministério Público do Estado da Bahia, mediante ressarcimento. Quanto à Procuradoria-Geral de Justiça, observa-se o registro de autorização da medida, conforme doc. SEI 0799028.

Diante do exposto, portanto, resta demonstrada a regularidade do pleito de celebração do Termo de Convênio destinado à cessão do indicado servidor.

III – DA MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

No Instrumento sob análise foram fixadas as cláusulas essenciais e caracterizado o objeto, além de registradas, dentre outras, as condições, as obrigações das partes, dotação orçamentária, estimativa de despesas e a forma rescisória, na forma do art. 44 da Lei Estadual nº 14.634/2023.

Urge destacar a necessidade de avaliação quanto à necessidade de ajuste do teor da Cláusula Décima Segunda, considerando que os requisitos de publicidade foram pontualmente modificados com o advento do regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021. Neste sentido, registre-se que o teor de seu artigo 94 determina a divulgação dos instrumentos subscritos pela Administração junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP como condição indispensável a sua eficácia.

Assim, recomenda-se a revisão da redação conferida à minuta do convênio (doc. SEI 0925056) para que em sua Cláusula Décima Segunda conste, para além da previsão de publicação no DJe, a obrigação de divulgação do ajuste também no PNCP.

Oportuno sugerir que, previamente à celebração do convênio, a DCCL busque se apropriar dos trâmites administrativos necessários à efetiva disponibilização do instrumento no referido Portal Eletrônico, como forma de garantir o cumprimento do comando legal após a subscrição do documento.

IV – DA CONVALIDAÇÃO

Por derradeiro, quanto à previsão de convalidação dos atos praticados no intervalo compreendido entre o término e vigência do período assinalado pelo Decreto Judiciário veiculado no DJe de 16/12/2022 e a data da efetiva formalização do instrumento tratado no presente expediente, esta Assessoria Técnico-Jurídica entende pertinente a sugestão, considerando os termos do art. 41, da Lei Estadual nº. 12.209/2011, sendo oportuno destacar que o expediente deu entrada nesta Assessoria Técnico-Jurídica no dia 09/01/2024.

V – CONCLUSÃO

Ante o exposto, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela possibilidade de celebração do Termo de Convênio, e aprova a minuta ora encaminhada (doc. SEI 0925056), recomendando a revisão de sua Cláusula Décima Segunda, visando garantir o cumprimento do comando estabelecido no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

É o Parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Bel^a. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Mat. [REDACTED]

Bel^a. Carla Baião Dultra

Oficial Administrativo II

Apoio processual ATJ/SGA

Mat. [REDACTED]

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31 ed., rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 414.

² Art. 2º - Ao Ministério Público, organizado em carreira, é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente: II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

³ Disponível em: Zênite Disponível em: <https://www.zenitefacil.com.br/pesquisaCliente>. Acesso em 12/04/19.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 12/01/2024, às 09:28, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAIÃO DULTRA** em 12/01/2024, às 10:28, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0926986** e o código CRC **33359A9E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 13/2024 da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos, relativo à minuta de Termo de Convênio a ser celebrado entre o MPBA, na qualidade de Cessionário, e o TJBA, na qualidade de cedente, cujo objeto consiste na cessão do servidor público do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, **IGOR ANDREYSON MENDES LOPES**, matrícula nº 904023, atualmente ocupante do cargo comissionado de Gerente Administrativo Regional - CMP 4, lotado na Promotoria de Paulo Afonso, com a finalidade de prorrogar a vigência da cessão.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para que realize a revisão da Cláusula Décima Segunda, para que conste, para além da previsão de publicação no DJe, a obrigação de divulgação do ajuste também no PNCP, visando garantir o cumprimento do comando estabelecido no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 12/01/2024, às 22:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.




A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0927653** e o código CRC **11B2E077**.

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson**Paula Souza de Paula** <paula.paula@mpba.mp.br>

Seg, 22/01/2024 09:38

Para:Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc:Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>;Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>;
Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>;Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
<contratos@mpba.mp.br> 1 anexos (59 KB)

SEI_0927653_Despacho.pdf;

Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>**Enviado:** terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:44**Para:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>**Cc:** Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa
<claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>**Assunto:** RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezada Paula,

Informamos que foi publicado, no dia 08/01/2024, novo Decreto de Disposição atinente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Segue, em anexo, cópia da decisão e do mencionado decreto.

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, tendo em vista o quanto disposto na cláusula sétima (que condiciona a vigência da disponibilização ao decreto judiciário que coloca o servidor à disposição, e, ainda, que o decreto mencionado no item 7.1 dispunha de prazo específico para disponibilização - de 1 ano), solicitamos esclarecimento no sentido de ser necessária (ou não) a publicação de novo decreto judiciário.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 13:23

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Estamos encaminhando, em anexo, a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 179/2023, elaborada e vistada pela Consultoria Jurídica deste TJBA, referente à cessão do servidor IGOR

ANDREYSON MENDES LOPES, para análise e aposição de assinatura digital do representante legal.

Se for caso, o documento poderá ser assinado de forma manuscrita em 02 (duas) vias do documento impresso, nesse caso, as vias físicas deverão ser enviadas para o TJBA.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de novembro de 2023 15:31

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23

Para: Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Qua, 20/03/2024 09:13

Para:Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>;CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>;Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>;Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>
Cc:Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Prezados,

Usamos do presente para solicitar atualizações acerca da renovação do convênio que regulamenta a cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Registramos, em especial, a necessidade de retorno acerca da solicitação realizada no e-mail de 22/01/2024, abaixo encaminhado.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Superintendência de Gestão Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 12 de março de 2024 11:13

Para: CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Assunto: ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Considerando a necessidade de instrução do processo de renovação do Termo de Cessão do servidor cedido IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, solicitamos informações bem como os comprovantes dos **ressarcimentos** dos valores pagos pelo TJBA ao mencionado servidor, atinentes às competências SETEMBRO/2023 até FEVEREIRO/2024

Caso não seja possível o envio do comprovante de alguma das mencionadas competências, solicitamos que seja informado o motivo bem como a previsão de pagamento.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente.

**CODESP**

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 09:38

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:44

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezada Paula,

Informamos que foi publicado, no dia 08/01/2024, novo Decreto de Disposição atinente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Segue, em anexo, cópia da decisão e do mencionado decreto.

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, tendo em vista o quanto disposto na cláusula sétima (que condiciona a vigência da disponibilização ao decreto judiciário que coloca o servidor à disposição, e, ainda, que o decreto mencionado no item 7.1 dispunha de prazo específico para disponibilização - de 1 ano), solicitamos esclarecimento no sentido de ser necessária (ou não) a publicação de novo decreto judiciário.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 13:23

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira

<miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Estamos encaminhando, em anexo, a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 179/2023, elaborada e vistada pela Consultoria Jurídica deste TJBA, referente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, para análise e aposição de assinatura digital do representante legal.

Se for caso, o documento poderá ser assinado de forma manuscrita em 02 (duas) vias do documento impresso, nesse caso, as vias físicas deverão ser enviadas para o TJBA.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de novembro de 2023 15:31

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23

Para: Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>;
Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>;
Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros
<wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Diretoria de Gestão de Pessoas, a fim de que sejam prestados os esclarecimentos ao Tribunal de Justiça conforme e-mail anexo. Registramos que a resposta ao Tribunal pode ser realizada diretamente por esta DGP, em resposta ao e-mail encaminhado, o qual também foi destinado à referida Diretoria.

Após, retorne-se a esta Coordenação para continuidade do procedimento.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 15/08/20283, s 05à : 3conforme Ato Normativo nº 0843de 17 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1035200** e o código CRC **DB566F68**.

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Ter, 02/04/2024 13:02

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>
Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Prezados,

Informamos que foi solicitada pela Consultoria jurídica deste TJBA a seguinte complementação da instrução do processo de renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES:

Informações com relação à disponibilidade orçamentária bem como a dotação que será utilizada para atender as despesas do novo convênio.

Na oportunidade, informamos que a necessidade orçamentária estimada para o custeio do convênio, durante a vigência de 12 (doze) meses, será de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Att,

**De:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>**Enviado:** quarta-feira, 20 de março de 2024 09:13**Para:** Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>**Cc:** Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>**Assunto:** RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para solicitar atualizações acerca da renovação do convênio que regulamenta a cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Registramos, em especial, a necessidade de retorno acerca da solicitação realizada no e-mail de 22/01/2024, abaixo encaminhado.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 12 de março de 2024 11:13

Para: CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Assunto: ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Considerando a necessidade de instrução do processo de renovação do Termo de Cessão do servidor cedido IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, solicitamos informações bem como os comprovantes dos **ressarcimentos** dos valores pagos pelo TJBA ao mencionado servidor, atinentes às competências SETEMBRO/2023 até FEVEREIRO/2024

Caso não seja possível o envio do comprovante de alguma das mencionadas competências, solicitamos que seja informado o motivo bem como a previsão de pagamento.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente.



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 09:38

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:44

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezada Paula,

Informamos que foi publicado, no dia 08/01/2024, novo Decreto de Disposição atinente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Segue, em anexo, cópia da decisão e do mencionado decreto.

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, tendo em vista o quanto disposto na cláusula sétima (que condiciona a vigência da disponibilização ao decreto judiciário que coloca o servidor à disposição, e, ainda, que o decreto mencionado no item 7.1 dispunha de prazo específico para disponibilização - de 1 ano), solicitamos esclarecimento no sentido de ser necessária (ou não) a publicação de novo decreto judiciário.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 13:23

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Estamos encaminhando, em anexo, a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 179/2023, elaborada e vista pela Consultoria Jurídica deste TJBA, referente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, para análise e aposição de assinatura digital do representante legal.

Se for caso, o documento poderá ser assinado de forma manuscrita em 02 (duas) vias do documento impresso, nesse caso, as vias físicas deverão ser enviadas para o TJBA.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de novembro de 2023 15:31

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23

Para: Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO

DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL,

Informamos que já foram prestados os esclarecimentos ao Tribunal de Justiça, conforme e-mail anexo (1040323).

Desta forma, devolvemos o expediente para providências pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **Monaliza Barbosa Silva Alexandrino** em 15/08/101823s , à:0f 2conArme Nto v ormati°o n40872de , à de Dezembro de 1010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **1040297** e o código CRC **A7C8B3AE**.

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson**Marcia Maria Silveiras Ritter** <marcia.ritter@mpba.mp.br>

Sex, 19/04/2024 16:10

Para: Diretoria de Gestão de Pessoas <dgp@mpba.mp.br>; Coordenação de Pagamento <dgpcopag@mpba.mp.br>
Cc: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Monaliza Barbosa Silva Alexandrino <monaliza.silva@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Hermann Alan Sá Oliveira <hermann.oliveira@mpba.mp.br>; Flavia Vasconcelos Costa <fcosta@mpba.mp.br>; Bruna Coutinho Macedo <bruna.macedo@mpba.mp.br>

Prozados(as),

Em resposta ao quanto solicitado, informamos:

- **há Disponibilidade Orçamentária e Financeira** para custear despesa de R\$ 135.000,00 com o convênio que regulamenta a cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes no período de 12 meses.
- Dotação a ser utilizada: **Ação 2000, natureza da despesa 319096, fonte 100.**

Em caso de dúvidas, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Marcia Ritter
Coordenadora COPAG - Coordenação de Pagamento
SGA / Diretoria de Gestão de Pessoas
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: 71 3103-0188

De: Diretoria de Gestão de Pessoas <dgp@mpba.mp.br>**Enviado:** quinta-feira, 18 de abril de 2024 11:58**Para:** Coordenação de Pagamento <dgpcopag@mpba.mp.br>**Cc:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Monaliza Barbosa Silva Alexandrino <monaliza.silva@mpba.mp.br>; Marcia Maria Silveiras Ritter <marcia.ritter@mpba.mp.br>**Assunto:** ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

À COPAG,

Para atendimento à solicitação do TJBA relativa à complementação de informações para instrução do processo de renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES (e-mail encaminhado em 02/04/24):

"Informações com relação à disponibilidade orçamentária bem como a dotação que será utilizada para atender as despesas do novo convênio."

Cordialmente,

Att,

Monaliza Barbosa Silva Alexandrino
SGA/Diretoria de Gestão de Pessoas
Ministério Público do Estado da Bahia
Fone: (71) 3103-0553

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 18 de abril de 2024 08:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Coordenação de Pagamento <dgp@mpba.mp.br>; Diretoria de Gestão de Pessoas <dgp@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; VANESSA CERQUEIRA BACELAR <vacebacelar@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, encaminhamos a demanda à nossa Diretoria de Gestão de Pessoas [@Diretoria de Gestão de Pessoas](#) (que nos lê em cópia) a fim de que nos sejam repassadas tais informações.

No ensejo, reiteramos a solicitação realizada por esta Coordenação acerca da alteração da cláusula relativa à publicação do ajuste, uma vez que nossa Assessoria Jurídica ponderou sobre a necessidade de ajuste, conforme e-mail encaminhado no dia 22/01/2024 (disponível no histórico de e-mails abaixo), conforme abaixo uma vez mais explanado:

"Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes."

Destacamos, oportunamente, que não encontramos forma de divulgação no referido portal, haja vista que o mesmo se destina às contratações, em sentido estrito, de modo que solicitamos a este Egrégio Tribunal informações acerca da viabilidade de tal dispositivo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: sexta-feira, 12 de abril de 2024 17:53

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos

<crh@mpba.mp.br>; Coordenação de Pagamento <dgpcopag@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; VANESSA CERQUEIRA BACELAR

<vacebacelar@tjba.jus.br>

Assunto: ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Considerando a necessidade de instrução do processo TJ-ADM-2018/47256 , atinente a renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, reiteramos a solicitação apresentada no e-mail abaixo, encaminhado no dia 2 de abril de 2024.

Att,



De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 2 de abril de 2024 13:01

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Informamos que foi solicitada pela Consultoria jurídica deste TJBA a seguinte complementação da instrução do processo de renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES:

Informações com relação à disponibilidade orçamentária bem como a dotação que será utilizada para atender as despesas do novo convênio.

Na oportunidade, informamos que a necessidade orçamentária estimada para o custeio do convênio, durante a vigência de 12 (doze) meses, será de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Att,



De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 20 de março de 2024 09:13
Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>
Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>
Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para solicitar atualizações acerca da renovação do convênio que regulamenta a cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Registramos, em especial, a necessidade de retorno acerca da solicitação realizada no e-mail de 22/01/2024, abaixo encaminhado.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>
Enviado: terça-feira, 12 de março de 2024 11:13
Para: CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>
Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>
Assunto: ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Considerando a necessidade de instrução do processo de renovação do Termo de Cessão do servidor cedido IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, solicitamos informações bem como os comprovantes dos **ressarcimentos** dos valores pagos pelo TJBA ao mencionado servidor, atinentes às competências SETEMBRO/2023 até FEVEREIRO/2024

Caso não seja possível o envio do comprovante de alguma das mencionadas competências, solicitamos que seja informado o motivo bem como a previsão de pagamento.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente.

**CODESP**

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br**De:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>**Enviado:** segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 09:38**Para:** Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>**Cc:** Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>**Assunto:** RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br**De:** Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>**Enviado:** terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:44**Para:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>**Cc:** Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>**Assunto:** RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezada Paula,

Informamos que foi publicado, no dia 08/01/2024, novo Decreto de Disposição atinente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Segue, em anexo, cópia da decisão e do mencionado decreto.

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, tendo em vista o quanto disposto na cláusula sétima (que condiciona a vigência da disponibilização ao decreto judiciário que coloca o servidor à disposição, e, ainda, que o decreto mencionado no item 7.1 dispunha de prazo específico para disponibilização - de 1 ano), solicitamos esclarecimento no sentido de ser necessária (ou não) a publicação de novo decreto judiciário.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 13:23

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Estamos encaminhando, em anexo, a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 179/2023, elaborada e vista pela Consultoria Jurídica deste TJBA, referente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, para análise e aposição de assinatura digital do representante legal.

Se for caso, o documento poderá ser assinado de forma manuscrita em 02 (duas) vias do documento impresso, nesse caso, as vias físicas deverão ser enviadas para o TJBA.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de novembro de 2023 15:31

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23

Para: Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando esclarecimentos prestados pela Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (doc 1097551), acerca da inviabilidade técnica para publicação do presente ajuste no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem assim considerando que os ajustes realizados pela referida unidade do egrégio tribunal não alteram o conteúdo do ajuste aprovado pela Assessoria Jurídica, encaminhamos o expediente à Superintendência de Gestão Administrativa a fim de ratificar a decisão após os esclarecimentos prestados pelo Tribunal de Justiça.

Após, havendo convalidação da decisão, sugere-se o encaminhamento do procedimento para coleta de assinatura do Procurador Geral de Justiça no doc 1097554.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Matrícula: [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 09/12/2024, às 16:07:41, com o número de protocolo nº 4f, de 05 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirmit&id_orgao_acesso_externo=/ informando o código de verificação 1097536 e o código CRC 20BB91C8.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2018/47256

REQUERENTE: EDIENE SANTOS LOUSADO

INTERESSADO: 9040234 - IGOR ANDREYSON MENDES LOPES

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

PARECER

Parecer nº 634/2024

Tratam os autos sobre a viabilidade jurídica da renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro nº 904.023-4, para exercer o cargo de GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL - CMP 4 (fls. 185/187) junto ao Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

Após elaboração de Parecer (fls. 232/236) e juntada de minuta de Termo de Convênio de Cessão de Pessoal (fls. 237/241), com posterior expedição de Decreto Judiciário, pela Presidência deste TJBA, autorizando a renovação da cessão (fl. 246), houve deliberação do Superintendente de Gestão Administrativa do MPBA para que fosse revista a Cláusula Décima Segunda do mencionado Termo, *"para que conste, para além da previsão de publicação no DJe, a obrigação de divulgação do ajuste também no PNCP, visando garantir o cumprimento do comando estabelecido no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021."* (fl. 249).

De acordo com a Lei Estadual 14.634/2023, a forma de divulgação e de publicação do extrato do Convênio estará prevista em Regulamento (art. 44, *caput* e inciso X). Anota-se que ainda não há, no âmbito deste Tribunal de Justiça, normativa que regulamente tal forma de publicação.

Já a legislação federal (Lei nº 14.133/2021) dispõe, em seu art. 94, sobre a indispensabilidade, para eficácia do contrato, de sua divulgação no PNCP, prevendo o art. 184 que as disposições gerais da Lei, no que couber e na ausência de norma específica, serão aplicadas aos convênios, *"na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal"*.

Contudo, a aplicação prática do comando legal, no que pertine à publicação de Convênio de Cessão de Pessoal no PNCP, não parece estar devidamente instrumentalizada.

Isto porque, o sítio eletrônico que abarca o PNCP, ao menos até o presente momento, não possibilita a publicação de convênios e instrumentos congêneres



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

que não se refiram a procedimentos licitatórios/contratações propriamente ditas, o que faz crer que apenas quando sobrevierem os necessários ajustes sistêmicos, se fará possível a referida publicação.

Nada obstante, a fim de ver regularizada a situação funcional do Interessado, e em atenção à sugestão do Cessionário, encaminha-se versão atualizada do Termo de Convênio de Cessão, em 02 (duas) vias físicas devidamente visadas, e minuta referencial em formato digital, com alteração da Cláusula Décima Segunda, para fazer constar a publicação do ajuste no PNCP, acrescentando-se, ainda, informação ulterior sobre dotação orçamentária e retificando-se o nome da atual Presidente desta Corte e do atual Procurador-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.

São estas as ponderações que submeto à apreciação e aprovação da Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência.

Em 02/05/2024

BEL^a VANESSA CERQUEIRA BACELAR
Cadastro [REDACTED]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2018/47256

REQUERENTE: EDIENE SANTOS LOUSADO

INTERESSADO: 9040234 - IGOR ANDREYSON MENDES LOPES

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

DESPACHO

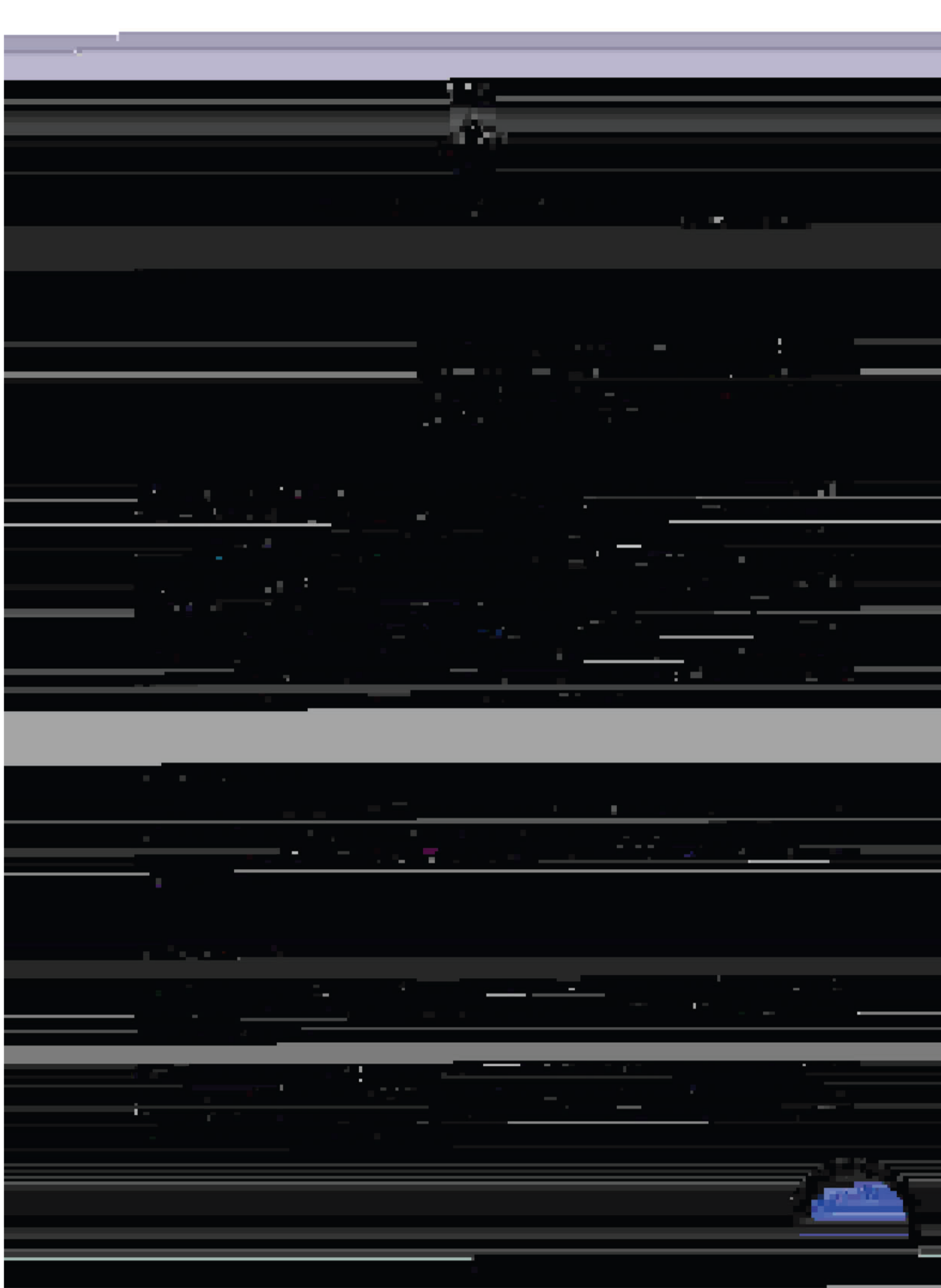
ATO ORDINATÓRIO

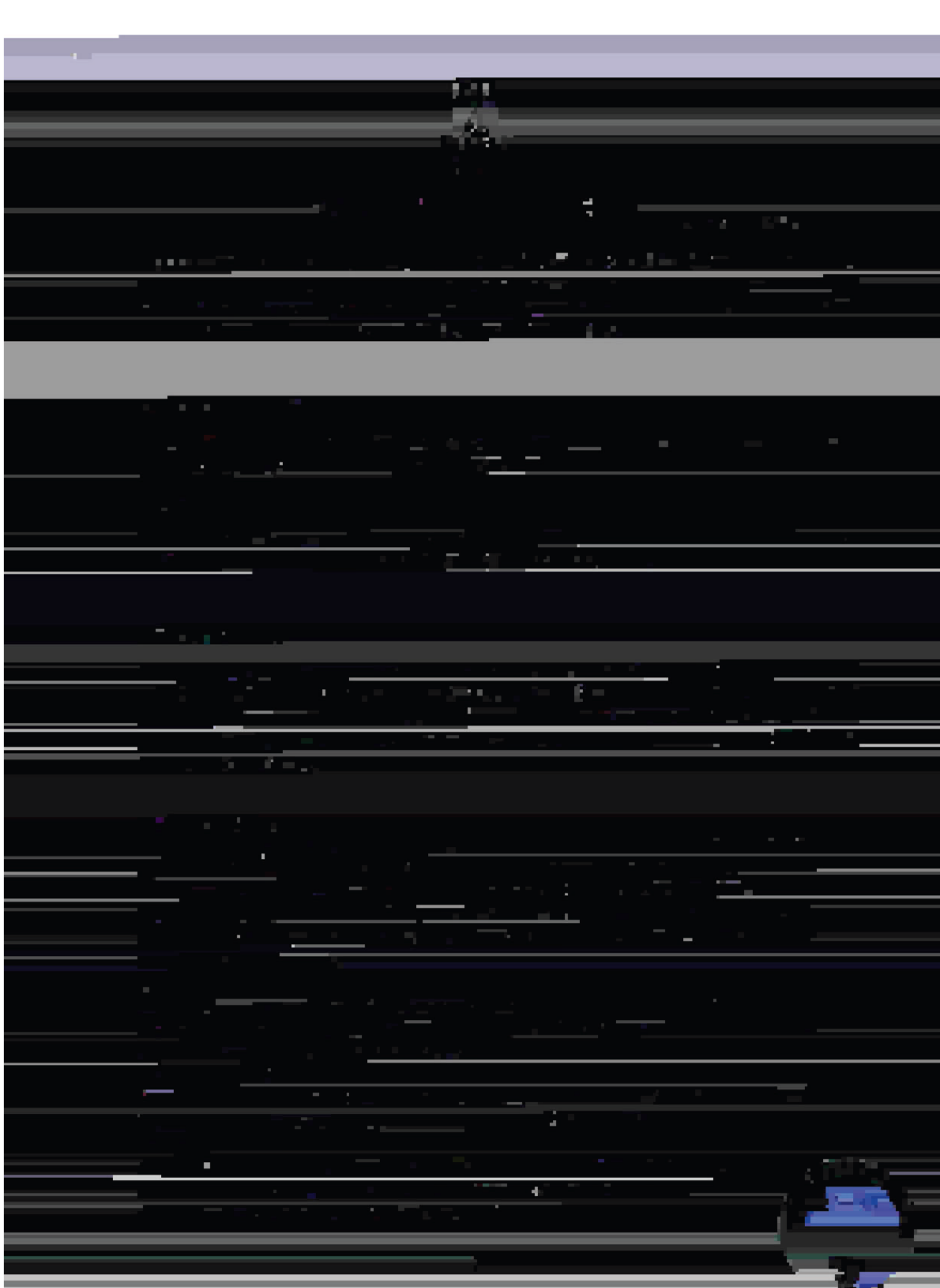
Acolho o entendimento vazado no Parecer nº 634/2024 (fls. 256/257), por seus fundamentos fáticos e jurídicos, e o Termo de Convênio de Cessão de Pessoal nº 49/24 (fls. 258/262). Encaminho os autos à CODESP, para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Em 02/05/2024

MONICA ELIZABETH VIEIRA MARTINS GARRIDO
CHEFE DA CONSULTORIA DA PRESIDÊNCIA









GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Estado da Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 1.234/2023, DE 15 DE ABRIL DE 2023, DO GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA.

Art. 1º - Esta Resolução estabelece as normas e procedimentos para a organização e o funcionamento do Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia.

Art. 2º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 3º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 4º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 5º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
JULIANA MARIA ALVES PINA RESENDE
Presidente

Art. 6º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.



MINISTRO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
PEDRO NEVES SOUZA MARQUES
Procurador-Geral de Justiça

Art. 7º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 8º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 9º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 10º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 11º - O Sistema de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia será organizado e funcionará de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando que os ajustes realizados pela Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (doc 1097551), não alteram o conteúdo do ajuste aprovado pela Assessoria Jurídica, conforme informação prestada pela DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações no (doc. [1097536](#)), encaminhe-se este expediente à Assessoria do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para coleta de assinatura do Procurador Geral de Justiça no (doc 1097554), relativo ao Termo de Convênio de Cessão de Pessoal entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Ministério Público do Estado da Bahia para cessão do servidor desta Instituição, **IGOR ANDREYSON MENDES LOPES**, para exercer o cargo comissionado de Gerente Administrativo Regional - CMP 4, com ônus para o Cessionário.

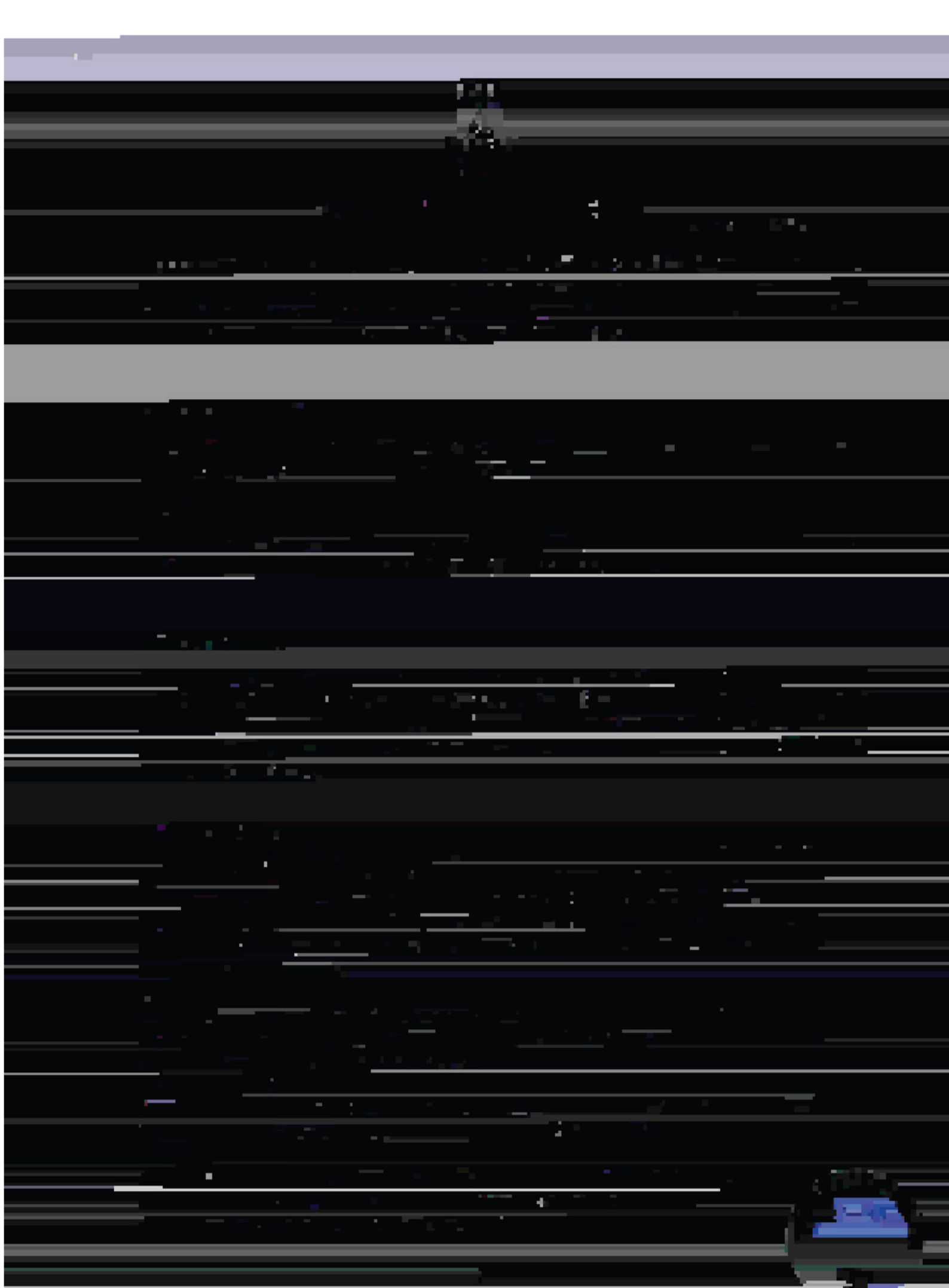
ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 09/12/2023, às 10:49, com endereço IP 19.09.02328.0015139/2023-40, em 05 de Dezembro de 2023 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código de verificação **1105002** e o código CRC **1AD6620A**.







REPÚBLICA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

PROCESSO Nº 123.456-789-0
INTERVENÇÃO Nº 123.456-789-0
INTERVENIENTE: PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

INTERVENIENTE: PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
INTERVENIENTE: PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Assinatura

de

Assinatura

Assinatura

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULGADO DE ORÇÃO
JULGADO DE ORÇÃO

PEDRO MAIA SOUZA
MARQUES
9

Assinado de forma digital por
PEDRO MAIA SOUZA
MARQUES
Dados: 2024.06.21 16:15:27 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

TESTEMUNHAS
TESTEMUNHAS
TESTEMUNHAS

TESTEMUNHAS
TESTEMUNHAS
TESTEMUNHAS





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Cumprida a diligência, retorno o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa.

ALICE PARADA COSTA
Assessoria de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Alice Parada Costa Dionizio** em 22/06/2024, às 04:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1114581** e o código CRC **AEC4DE21**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se este expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios, com o Termo de Convênio para Cessão de Pessoal entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Ministério Público do Estado da Bahia para cessão do servidor **IGOR ANDREYSON MENDES LOPES**, devidamente assinado pelo Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção de providências pertinentes.

HEIDE SOUZA SILVA

Superintendente de Gestão Administrativa em exercício
Portaria nº 165, de 02 de fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Heide Souza Silva** em 21/06/2023, às 14h22, conforme o art. 7º do Decreto nº 56, de 11 de Dezembro de 2026 - Ministério Público do Estado da Bahia.



• a autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_verificar&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código verificador **1115752** e o código CRC **C386B05B**.

RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Qua, 26/06/2024 08:05

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Coordenação de Pagamento <dgpcopag@mpba.mp.br>; Diretoria de Gestão de Pessoas <dgp@mpba.mp.br>
Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; VANESSA CERQUEIRA BACELAR <vacebacelar@tjba.jus.br>

 1 anexos (480 KB)

Cessão Igor - TJBA 0492024.pdf;

Prezados,

Encaminhamos em anexo o instrumento relativo ao Termo de Convênio de Cessão de Pessoal n 049/2024 devidamente assinado pelo Procurador Geral de Justiça.

Solicitamos a devolução do mesmo, devidamente assinado pela ilustre representante deste egrégio Tribunal, com as devidas publicações, para controle e arquivo neste MPBA.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 13 de maio de 2024 19:17

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Coordenação de Pagamento <dgpcopag@mpba.mp.br>; Diretoria de Gestão de Pessoas <dgp@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; VANESSA CERQUEIRA BACELAR <vacebacelar@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Encaminhamos, em anexo, para conhecimento, o Parecer nº 634/2024 da Consultoria Jurídica deste TJBA, emitido no processo TJ-ADM-2018/47256, referente aos questionamentos apresentados por esse MP-BA, atinente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Segue também a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL N.º 49/2024 – C, vistada pela Consultoria Jurídica, para análise e, se for o caso, aposição de assinatura digital do representante legal desse órgão.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 18 de abril de 2024 08:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Coordenação de Pagamento <dgp@mpba.mp.br>; Diretoria de Gestão de Pessoas <dgp@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; VANESSA CERQUEIRA BACELAR <vacebacelar@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, encaminhamos a demanda à nossa Diretoria de Gestão de Pessoas [@Diretoria de Gestão de Pessoas](#) (que nos lê em cópia) a fim de que nos sejam repassadas tais informações.

No ensejo, reiteramos a solicitação realizada por esta Coordenação acerca da alteração da cláusula relativa à publicação do ajuste, uma vez que nossa Assessoria Jurídica ponderou sobre a necessidade de ajuste, conforme e-mail encaminhado no dia 22/01/2024 (disponível no histórico de e-mails abaixo), conforme abaixo uma vez mais explanado:

"Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes."

Destacamos, oportunamente, que não encontramos forma de divulgação no referido portal, haja vista que o mesmo se destina às contratações, em sentido estrito, de modo que solicitamos a este Egrégio Tribunal informações acerca da viabilidade de tal dispositivo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: sexta-feira, 12 de abril de 2024 17:53

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Coordenação de Pagamento <dgpcopag@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; VANESSA CERQUEIRA BACELAR <vacebacelar@tjba.jus.br>

Assunto: ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Considerando a necessidade de instrução do processo TJ-ADM-2018/47256 , atinente a renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, reiteramos a solicitação apresentada no e-mail abaixo, encaminhado no dia 2 de abril de 2024.

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 2 de abril de 2024 13:01

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Informamos que foi solicitada pela Consultoria jurídica deste TJBA a seguinte complementação da instrução do processo de renovação da cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES:

Informações com relação à disponibilidade orçamentária bem como a dotação que será utilizada para atender as despesas do novo convênio.

Na oportunidade, informamos que a necessidade orçamentária estimada para o custeio do convênio, durante a vigência de 12 (doze) meses, será de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quarta-feira, 20 de março de 2024 09:13

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para solicitar atualizações acerca da renovação do convênio que regulamenta a cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Registramos, em especial, a necessidade de retorno acerca da solicitação realizada no e-mail de 22/01/2024, abaixo encaminhado.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 12 de março de 2024 11:13

Para: CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Fredson Delgado da Silva <fredson.silva@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Assunto: ENC: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Considerando a necessidade de instrução do processo de renovação do Termo de Cessão do servidor cedido IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, solicitamos informações bem como os comprovantes dos **ressarcimentos** dos valores pagos pelo TJBA ao mencionado servidor, atinentes às competências SETEMBRO/2023 até FEVEREIRO/2024

Caso não seja possível o envio do comprovante de alguma das mencionadas competências, solicitamos que seja informado o motivo bem como a previsão de pagamento.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 09:38

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Recebemos, no dia 12/01/2024, o expediente relativo à cessão do servidor Igor, com manifestação da nossa Assessoria Jurídica acerca da minuta do termo de cessão e deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc anexo). Neste sentido, nos foi pontuada a necessidade de ajuste da minuta para revisar a previsão de publicação constante da cláusula décima segunda, para incluir a previsão de publicação do ajuste também no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021.

Deste modo, propomos o ajuste da redação da referida cláusula nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A publicação deste Convênio, sob a forma de extrato, deverá ser providenciada pelo CEDENTE, no Diário da Justiça Eletrônico, como dispõe o art. 44 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, bem assim garantir a divulgação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oportunamente, solicitamos deste egrégio tribunal, informações acerca dos procedimentos que vem sendo adotados para a divulgação dos ajustes congêneres aos Convênios no PNCP, a fim de que possamos adotar as referidas providências em procedimentos semelhantes.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:44

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezada Paula,

Informamos que foi publicado, no dia 08/01/2024, novo Decreto de Disposição atinente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES.

Segue, em anexo, cópia da decisão e do mencionado decreto.

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 16:29

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados, tendo em vista o quanto disposto na cláusula sétima (que condiciona a vigência da disponibilização ao decreto judiciário que coloca o servidor à disposição, e, ainda, que o decreto mencionado no item 7.1 dispunha de prazo específico para disponibilização - de 1 ano), solicitamos esclarecimento no sentido de ser necessária (ou não) a publicação de novo decreto judiciário.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 13:23

Para: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Cc: Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Estamos encaminhando, em anexo, a minuta do TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 179/2023, elaborada e vistada pela Consultoria Jurídica deste TJBA, referente à cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, para análise e aposição de assinatura digital do representante legal.

Se for caso, o documento poderá ser assinado de forma manuscrita em 02 (duas) vias do documento impresso, nesse caso, as vias físicas deverão ser enviadas para o TJBA.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de novembro de 2023 15:31

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>

Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Poderiam nos atualizar acerca do atual status do procedimento para renovação da cessão do servidor Igor Andreyson Mendes Lopes?

As tratativas para a renovação encontram-se no histórico de e-mails abaixo.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br

De: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 18:23

Para: Everaldo de Souza Alves <everaldo@mpba.mp.br>; Miraci Costa Pereira <miraci@mpba.mp.br>; Cláudia de Souza Barbosa <claudia.barbosa@mpba.mp.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; Wilder Bulhões de Medeiros <wbmedeiros@tjba.jus.br>
Assunto: RE: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Tendo em vista a necessidade de instruir o processo de renovação da disposição do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro 904.023-4, pertencente ao quadro de servidores deste TJBA, solicitamos, por gentileza, a apresentação da seguinte informação:

1. Informações e os comprovantes dos ressarcimentos dos valores pagos pelo TJBA ao referido servidor nas competências de NOVEMBRO/2022 A AGOSTO/2023, conforme firmado no TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 42/2022 – C.

Atenciosamente,



CODESP

Coordenação de Gestão da Despesa de Pessoal

Tel.: (71) 3483-3686 / 3776 / 3777

E-mail: codesp@tjba.jus.br

De: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2023 08:36

Para: Coordenação da Gestão da Despesa de Pessoal <codesp@tjba.jus.br>; JOAO GABRIEL LO BIANCO CARVALHO <jglbcarvalho@tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Renovação da Cessão de Igor Andreyson

Prezados,

Usamos do presente para, considerando a proximidade do termo final de vigência do Convênio de Cessão do servidor Igor Andreyson (pertencente aos quadros do Tribunal de Justiça da Bahia), e tendo este Ministério Público interesse na manutenção da cessão, iniciar as tratativas junto a este egrégio tribunal para celebração de termo aditivo ao referido convênio.

Para tanto, encaminhamos em anexo proposta de minuta do referido aditivo, bem assim, cópia do ajuste original e da tramitação inicial para a renovação no âmbito deste Ministério Público.

Chamamos especial atenção à necessidade de, em sendo este egrégio tribunal favorável à manutenção da cessão do referido servidor, que seja publicado novo decreto de disponibilização.

Cordialmente,

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – paula.paula@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Diretoria de Gestão de Pessoas acompanhado do Termo de Cessão nº 049/2024-TJBA, relativo à cessão do servidor Igor Andreysson Mendes Lopes, bem como a respectiva publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registramos, ademais, que o ajuste encontra-se registrado nesta Coordenação sob o código B 022, com vigência até 02/07/2025.

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, encerramos o expediente nesta Coordenação.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Mat [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 1/ 01702123, às 1/ 91: , conforme Ato Normativo nº 137, de 45 de Dezembro de 2121 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1131290** e o código CRC **B9520E72**.



TERMO DE CONVÊNIO Nº 123/2023

123456789

123456789

Entre os signatários, a Prefeitura Municipal de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 12345678/0001-00, e a Associação dos Municípios do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 98765432/0001-00, celebraram este termo de convênio, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnica e financeira para a realização de projetos de interesse comum.

O presente termo de convênio tem por objeto a realização de projetos de interesse comum, a serem executados no âmbito do Município de São Paulo, e a serem financiados pelo Estado de São Paulo, por meio de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Município (FAM) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

DO OBJETO

O presente termo de convênio tem por objeto a realização de projetos de interesse comum, a serem executados no âmbito do Município de São Paulo, e a serem financiados pelo Estado de São Paulo, por meio de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Município (FAM) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

DO FUNDAMENTO

O presente termo de convênio é celebrado com base no art. 175 da Constituição Federal de 1988, no art. 125 da Constituição do Estado de São Paulo, e no art. 123 do Regulamento do Fundo de Amparo ao Município (FAM).

O presente termo de convênio é celebrado com base no art. 175 da Constituição Federal de 1988, no art. 125 da Constituição do Estado de São Paulo, e no art. 123 do Regulamento do Fundo de Amparo ao Município (FAM).

123456789



TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2023

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio do SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e

o GOVERNO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio do PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, celebram o presente termo de convênio, com o objetivo de

estabelecer a seguinte:

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo de convênio é celebrado com base na Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre o processo de licitação e a execução de obras, serviços e compras pelo Poder Público, e na Lei nº 11.108/2001, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. OBJETO:

O presente termo de convênio tem por objeto a execução de obras, serviços e compras necessários à manutenção e melhoria das unidades de saúde do Município de Niterói, sob a supervisão e fiscalização do GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente termo de convênio é celebrado com base na Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre o processo de licitação e a execução de obras, serviços e compras pelo Poder Público, e na Lei nº 11.108/2001, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). O presente termo de convênio é celebrado com base na Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre o processo de licitação e a execução de obras, serviços e compras pelo Poder Público, e na Lei nº 11.108/2001, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente termo de convênio é celebrado com base na Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre o processo de licitação e a execução de obras, serviços e compras pelo Poder Público, e na Lei nº 11.108/2001, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente termo de convênio é celebrado com base na Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre o processo de licitação e a execução de obras, serviços e compras pelo Poder Público, e na Lei nº 11.108/2001, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

O presente termo de convênio é celebrado com base na Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre o processo de licitação e a execução de obras, serviços e compras pelo Poder Público, e na Lei nº 11.108/2001, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).



TERMO DE CONVÊNIO

19.09.2023/2023-40

O presente termo de convênio tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e reparação de aeronaves, bem como a execução de trabalhos de pintura e conservação de estruturas metálicas, a serem realizados pela empresa contratada, em favor da Força Aérea Brasileira (FAB).

1. DO OBJETO

O objeto deste convênio é a prestação de serviços de manutenção e reparação de aeronaves, bem como a execução de trabalhos de pintura e conservação de estruturas metálicas, a serem realizados pela empresa contratada, em favor da Força Aérea Brasileira (FAB).

2. DAS PARTES

Este convênio é celebrado entre a Força Aérea Brasileira (FAB), inscrita no CNPJ nº 00.380.688/0001-90, e a empresa contratada, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00.

3. DAS CONDIÇÕES

Os serviços a serem prestados pela empresa contratada, em favor da FAB, serão realizados de acordo com as especificações técnicas e normas estabelecidas pela FAB, e a remuneração a ser paga pela FAB à empresa contratada será fixada em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4. DO PRAZO

O prazo de vigência deste convênio será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, e a empresa contratada deverá cumprir o prazo estabelecido para a entrega dos serviços.

5. DAS OBRIGAÇÕES

A empresa contratada obriga-se a cumprir as condições estabelecidas neste convênio, e a FAB obriga-se a pagar a remuneração estabelecida.

6. DO CANCELAMENTO

Este convênio poderá ser cancelado a qualquer tempo, sem necessidade de justificativa, por qualquer uma das partes.

Este convênio é celebrado em duas vias, uma para a FAB e outra para a empresa contratada, ambas com a mesma validade.

de acordo com o disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 11.340/2006, a qual estabelece a criação do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres (CNPPM).

O CNPPM é o órgão de articulação e coordenação das políticas públicas de mulheres, com a finalidade de promover a integração e a cooperação entre os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como com a sociedade civil, para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de mulheres.

O CNPPM é composto por representantes de todos os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como por representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo. O CNPPM é presidido pelo Presidente da República, ou por quem ele designar, e tem como membros titulares os membros do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres, bem como os membros do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres, bem como os membros do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres.

O CNPPM é o órgão de articulação e coordenação das políticas públicas de mulheres, com a finalidade de promover a integração e a cooperação entre os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como com a sociedade civil, para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de mulheres.

O CNPPM é composto por representantes de todos os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como por representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo. O CNPPM é presidido pelo Presidente da República, ou por quem ele designar, e tem como membros titulares os membros do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres, bem como os membros do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres, bem como os membros do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Mulheres.

O CNPPM é o órgão de articulação e coordenação das políticas públicas de mulheres, com a finalidade de promover a integração e a cooperação entre os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como com a sociedade civil, para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de mulheres.

O CNPPM é o órgão de articulação e coordenação das políticas públicas de mulheres, com a finalidade de promover a integração e a cooperação entre os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como com a sociedade civil, para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de mulheres.

O CNPPM é o órgão de articulação e coordenação das políticas públicas de mulheres, com a finalidade de promover a integração e a cooperação entre os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como com a sociedade civil, para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de mulheres.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/41964
INTERESSADO(A): 9683968 - ALAMO ANDRADE SOARES
ASSUNTO: Auxílios

Considerando o atendimento aos requisitos exigidos nas normas vigentes, defiro o pedido de concessão de auxílio-saúde formulado pelo(a) servidor(a) requerente, em conformidade com a delegação concedida à Secretaria de Gestão de Pessoas - SE-GESP, no art. 4º, da Resolução nº 09, de 26 de maio de 2021.
Publique-se. Após, à COREC para as devidas anotações e demais providências cabíveis.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/41939
INTERESSADO(A): 9708456 - ALISSON OLIVEIRA DE JESUS
ASSUNTO: Auxílios

Considerando o atendimento aos requisitos exigidos nas normas vigentes, defiro o pedido de concessão de auxílio-saúde formulado pelo(a) servidor(a) requerente, em conformidade com a delegação concedida à Secretaria de Gestão de Pessoas - SE-GESP, no art. 4º, da Resolução nº 09, de 26 de maio de 2021.
Publique-se. Após, à COREC para as devidas anotações e demais providências cabíveis.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/38022
INTERESSADO(A): 9708189 - ANA LUIZA SANTOS CAROTTA FREITAS
ASSUNTO: Auxílios

Considerando que o(a) requerente não apresentou os documentos exigidos no art. 3º, §1º, do Decreto Judiciário nº 486, de 26 de julho de 2021, conforme despacho da Coordenação de Registros e Concessões e, em conformidade com o art. 5º, §1º, da Instrução Normativa nº 01, de 2 de setembro de 2022, indefiro o pedido de concessão de auxílio-saúde formulado pelo(a) servidor(a) requerente, em concordância com a delegação concedida à Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESp, no art. 4º, da Resolução nº 09, de 26 de maio de 2021.
Publique-se. Após, à COREC para as devidas anotações e demais providências cabíveis.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/37255
INTERESSADO(A): 9007849 - LEONARDO BITENCOURT DE HUNGRIA
ASSUNTO: Auxílios

Considerando que o(a) requerente não apresentou os documentos exigidos no art. 3º, §1º, do Decreto Judiciário nº 486, de 26 de julho de 2021, conforme despacho da Coordenação de Registros e Concessões, em conformidade com o art. 5º, §1º, da Instrução Normativa nº 01, de 2 de setembro de 2022, indefiro o pedido de concessão de auxílio-saúde formulado pelo(a) servidor(a) requerente, em concordância com a delegação concedida à Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESp, no art. 4º, da Resolução nº 09, de 26 de maio de 2021.
Publique-se. Após, à COREC para as devidas anotações e demais providências cabíveis.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/31689
INTERESSADO(A): 9041125 - ROBERIO MORENO LIMA
ASSUNTO: Licenças

Considerando a sugestão apresentada pela Assessoria Técnica da SEGESp e o atendimento dos requisitos legais e, em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 140, publicado no DJE de 6 de fevereiro de 2024, defiro o pedido, determinando a remessa dos autos à Coordenação de Registros e Concessões:

Concessão	Licença para tratamento de saúde
Processo	TJ-ADM-2024/31689
Servidor(a)	ROBERIO MORENO LIMA
Cadastro	904.112-5

Vigência 14 (catorze) dias, a contar de 06/05/2024 a 19/05/2024, conforme Laudo de Inspeção de Saúde nº 386/2024.

Viviane da Anunciação Souza Oliveira
Secretária de Gestão de Pessoas

TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL Nº 49/2024

Partes: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.100.722/0001-60, adiante denominado simplesmente CEDENTE, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado CESSIONÁRIO. Objeto: Cessão do servidor IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, cadastro nº 904023-4 para o exercício do cargo comissionado GERENTE ADMINISTRATIVO REGIONAL – CMP 4, com ônus para o CESSIONÁRIO. Prazo de duração: O presente Termo terá vigência de 1 (um) ano, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal. Valor: A despesa decorrente do presente Termo, a ser creditada em conta do CEDENTE, está estimada no montante de R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e será atendida pelo orçamento do CESSIONÁRIO,

na seguinte classificação orçamentária: Ação 2000, natureza da despesa 319096, fonte 100 (fls. 254 do TJ-ADM 2018/47256).
Processo: TJ-ADM-2018/47256. Data: 03/07/2024.

DECISÕES EXARADAS PELA SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/20558

INTERESSADO: 9683259 - JOAO VICHTOR SUZART GOMES DE SOUZA

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos (geral)

Considerando que o (a) servidor(a) atendeu aos requisitos da Resolução nº 11/2020 e da Instrução Normativa - PRES nº 01/ 2021 para desenvolvimento das atividades em regime de TELETRABALHO INTEGRAL e, em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 140, publicado no DJE de 06 de fevereiro de 2024, aprovo o teletrabalho para o(a) Requerente.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DJE.

Vale ressaltar que a renovação do TELETRABALHO ficará condicionada à apresentação de relatórios semestrais nos termos elencados no inciso III do art. 27 da Resolução nº 11, de 09 de dezembro de 2020. Frise-se, ainda, que o não interesse na renovação, por parte do (a) servidor (a), não desobriga o (a) gestor (a) do envio do s relatórios, conforme determinado no dispositivo supracitado.

Publique-se. Após, ao GEFRE, para os registros devidos.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/32199

INTERESSADO: 5003202 - MARCO TULIO REBOUCAS DANTAS DE GOES

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos (geral)

Considerando que o (a) servidor(a) atendeu aos requisitos da Resolução nº 11/2020 e da Instrução Normativa - PRES nº 01/ 2021 para desenvolvimento das atividades em regime de TELETRABALHO INTEGRAL e, em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 140, publicado no DJE de 06 de fevereiro de 2024, aprovo o teletrabalho para o(a) Requerente.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 12/07/2024.

Vale ressaltar que a renovação do TELETRABALHO ficará condicionada à apresentação de relatórios semestrais nos termos elencados no inciso III do art. 27 da Resolução nº 11, de 09 de dezembro de 2020. Frise-se, ainda, que o não interesse na renovação, por parte do (a) servidor (a), não desobriga o (a) gestor (a) do envio do s relatórios, conforme determinado no dispositivo supracitado.

Publique-se. Após, ao GEFRE, para os registros devidos.

(*) Republicação Corretiva.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/40376

INTERESSADO: 9684298 - CAMILA MARIA MARQUES CAIRES

ASSUNTO: Controle de frequência

Considerando que o (a) servidor(a) atendeu aos requisitos da Resolução nº 11/2020 e da Instrução Normativa - PRES nº 01/ 2021 para desenvolvimento das atividades em regime de TELETRABALHO INTEGRAL e, em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 140, publicado no DJE de 06 de fevereiro de 2024, aprovo o teletrabalho para o(a) Requerente.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DJE.

Vale ressaltar que a renovação do TELETRABALHO ficará condicionada à apresentação de relatórios semestrais nos termos elencados no inciso III do art. 27 da Resolução nº 11, de 09 de dezembro de 2020. Frise-se, ainda, que o não interesse na renovação, por parte do (a) servidor (a), não desobriga o (a) gestor (a) do envio do s relatórios, conforme determinado no dispositivo supracitado.

Publique-se. Após, ao GEFRE, para os registros devidos.

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2024/41015

INTERESSADO: 8074992 - CIDNEIA BARROS GONZAGA PRADO

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos (geral)

aConsiderando que o (a) servidor(a) atendeu aos requisitos da Resolução nº 11/2020 e da Instrução Normativa - PRES nº 01/ 2021 para desenvolvimento das atividades em regime de TELETRABALHO INTEGRAL e, em razão da delegação concedida pelo Decreto Judiciário nº 140, publicado no DJE de 06 de fevereiro de 2024, aprovo o teletrabalho para o(a) Requerente.